

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO

Espera-se que o candidato desenvolva o texto de acordo com o padrão pedido, uma dissertação, apresentando indícios que o classifiquem como tal – explicações, exemplificações, análises, interpretações de aspectos, defesa ou refutação de ideias dentro da temática solicitada.

O texto deve ser uma “unidade”, deve tratar de um só objeto. Essa qualidade é um dos mais importantes recursos argumentativos, pois o texto dispersivo apenas tangencia o tema proposto, visto que apresenta argumentos pouco ou mal relacionados ao assunto abordado.

A proposta exige que seja produzida uma dissertação a partir dos textos motivadores disponibilizados. Dessa forma, espera-se que o candidato argumente através de evidências sobre o tema “Os benefícios e possíveis desafios da proteção à propriedade intelectual como um direito fundamental diante de necessidades individuais e coletivas” no âmbito dos aspectos temáticos relacionados:

- O que é propriedade intelectual?;
- Quais são as formas de protegê-la?;
- A economia global e a proteção da propriedade intelectual;
- Inteligência Artificial;
- Direito Autoral e suas modalidades;
- Transferência de tecnologia.

Fontes:

- Platão e Fiorin. Para Entender o Texto: Leitura e Redação. São Paulo: Ática, 2014.
- Carneiro, Agostinho Dias. Como escrever bem: Manual de Produção de Textos. São Paulo: Contexto, 2005.
- Koch, Ingedore Villaça. A Coesão Textual. São Paulo: Contexto, 2005.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRADOR

1. Um órgão público do Poder Judiciário estruturaria um sistema de gestão de riscos baseado na NBR ISO 31000:2018 para garantir a eficácia e a eficiência de suas atividades, melhorar a tomada de decisões, proteger seus recursos, assegurar a transparência nas ações administrativas, identificar e tratar riscos proativamente, reduzir os impactos negativos, facilitar decisões fundamentadas, melhorar a alocação de recursos e priorizar ações estratégicas. A norma também reforça controles internos e ajusta estratégias de mitigação continuamente, adaptando os projetos às mudanças externas e promovendo transparência e confiança pública ao monitorar e reportar resultados de forma clara.
2. O gerenciamento de riscos é uma atividade essencial que permeia todas as ações de uma organização, envolvendo interação com as partes interessadas e considerando os contextos externo e interno, incluindo fatores culturais e comportamentais; integrado à governança e liderança, o gerenciamento de riscos é fundamental para a gestão organizacional em todos os níveis, contribuindo para a melhoria contínua dos sistemas de gestão, auxiliando no estabelecimento de estratégias, no alcance de objetivos e na tomada de decisões fundamentadas. Ele envolve a identificação de incertezas que podem comprometer o cumprimento dos objetivos organizacionais, o tratamento preventivo dessas incertezas e o monitoramento contínuo de seu impacto. Tem como propósito criar e proteger valor, melhorando o desempenho, incentivando a inovação e apoiando o alcance de objetivos organizacionais.
3. A estrutura da gestão de riscos tem como propósito integrar a gestão de riscos às atividades e funções significativas da organização. Seu desenvolvimento engloba integração, concepção, implementação, avaliação e melhoria da gestão de riscos através da organização. Essa abordagem busca alinhar a gestão de riscos à governança organizacional, garantindo que os riscos sejam tratados de forma consistente em todos os níveis. No âmbito do Judiciário, a estrutura permite uma visão abrangente, que abarca riscos operacionais, estratégicos e legais, promovendo a continuidade dos projetos e o alcance das metas institucionais.
4. A eficácia da gestão de riscos está diretamente ligada à sua integração na governança e em todas as atividades da organização, incluindo a tomada de decisões. Esse processo exige o comprometimento e a liderança da alta direção, que deve assegurar a inclusão da gestão de riscos em todas as operações e estratégias, além de demonstrar engajamento ativo. A integração da gestão de riscos é dinâmica e iterativa, adaptando-se às necessidades e à cultura da organização, sendo parte integrante de sua governança, objetivos e operações. O comprometimento da alta direção garante alinhamento estratégico, alocação eficiente de recursos e controles internos robustos. Aliada à comunicação transparente e à avaliação contínua do sistema, essa abordagem cria um ambiente organizacional resiliente, preparado para enfrentar mudanças imprevistas, como alterações legislativas ou crises econômicas, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

Fontes:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). ISO 31000:2018. Gestão de Riscos. ABNT: São Paulo, 2018.
- CAVALCANTE, P. Gestão de Riscos no Setor Público: Princípios e Práticas. 2. ed. Brasília: ENAP, 2020.
- COELHO, M. V. Gestão Estratégica no Setor Público. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ANALISTA DE SISTEMAS

1) Confidencialidade: assegura que os dados judiciais sensíveis, como informações de processos sigilosos, sejam acessados apenas por pessoas autorizadas.

Integridade: garante que os dados não sejam alterados de maneira não autorizada, protegendo a veracidade das decisões e documentos judiciais.

Disponibilidade: certifica que os sistemas e dados estejam acessíveis para Juízes, advogados e servidores sempre que necessário, evitando atrasos processuais.

Não repúdio: assegura que as partes envolvidas em transações digitais (como assinaturas eletrônicas) não possam negar sua autoria, fortalecendo a confiabilidade dos registros.

2) Mínimo Privilégio: visa a limitar o acesso dos usuários aos sistemas e dados estritamente necessários para o exercício de suas funções, garantindo a integridade e confidencialidade dos processos judiciais. Assim, servidores, Juízes e advogados recebem apenas os direitos necessários para acessar as informações relacionadas ao seu trabalho. A implementação pode incluir controle de acesso por meio de gestão de identidades (IAM) e autenticação multifator (MFA), além da aplicação de segregação de funções para evitar permissões excessivas, atribuindo, modificando e revogando acessos seguindo a política organizacional.

Defesa em Profundidade implementa múltiplas camadas de segurança para proteger sistemas contra ameaças, dificultando acessos indevidos e comprometimentos. Essa abordagem mitiga riscos como malware, intrusões de rede e falhas de segurança. Adotando camadas de proteção como *firewalls* de rede, IDS/IPS, *hardening* de servidores, PAM, *antimalware* e criptografia de dados. Também podem ser adotadas soluções como EDR e *patch management*, garantindo maior proteção aos dados judiciais.

Zero Trust: parte do princípio de que nenhum usuário ou dispositivo é confiável, mesmo que esteja dentro da rede corporativa, exigindo verificação rigorosa antes de acessar sistemas críticos. Implementar, por padrão, uma política onde nenhum usuário ou dispositivo seja confiável, exigindo autenticação contínua e validação de acesso. Por exemplo: Aplicar microsegmentação de rede e verificação contínua de identidades. Adotar o princípio de “*Never Trust, Always Verify*” para acessos internos e externos.

3) SIEM é uma ferramenta que coleta, monitora, e analisa eventos de segurança e *logs* gerados em diversos sistemas, redes e dispositivos, identificando ameaças em tempo real. Em caso de ataque cibernético ao sistema de processos judiciais do TJRO, a ferramenta ajuda a identificar ameaças rapidamente, bloqueando acessos indevidos e isolando áreas afetadas. Após a mitigação, o SIEM possibilita monitorar o processo de recuperação, garantindo a integridade dos dados sensíveis. Além disso, contribui para a análise pós-incidente, permitindo identificar falhas de segurança e aprimorar as políticas de controle de acesso.

OWASP Top 10: lista as 10 vulnerabilidades mais críticas em aplicativos web e alerta desenvolvedores e profissionais de segurança sobre riscos que podem ser explorados em sistemas. Em caso de ataque cibernético, aplicar os princípios do OWASP Top 10 é crucial para identificar e corrigir vulnerabilidades, como falhas de injeção e controle de acesso inadequado. O primeiro passo é realizar uma análise para identificar quais vulnerabilidades foram exploradas. Em seguida, é necessário aplicar patches de segurança, revisar o código e seguir práticas como *Secure by Design* e *Shift-left* no ciclo de vida *DevSecOps*.

Fontes:

- Gouveia, L. B. Gestão da Segurança da Informação e sua gestão. 2016
- Silva, Carvalho e Torres. Segurança dos Sistemas de Informação - Gestão Estratégica da Segurança Empresarial Centro Atlântico Lda., 2003.
- ISO 27002:2022. Disponível em: <https://www.isms.online/iso-27002/>
- NBR ISO IEC 27001 2022. Versão Corrigida, 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/715816419/NBR-ISO-IEC-27001-2022-Versao-Corrigida-2023>. Acesso em: janeiro de 2025.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ARQUIVOLOGISTA

Os instrumentos de pesquisa permitem uma visão ampla do acervo e auxiliam na localização e recuperação de documentos, sendo considerados vitais para o processo historiográfico. No entanto, apenas os instrumentos de pesquisa não são suficientes para que os pesquisadores acessem todo o conhecimento disponível no acervo, sendo de extrema importância a contínua atuação do profissional arquivista junto aos usuários. No Brasil, utiliza-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade) como norma diretiva para a descrição de documentos. Os instrumentos de pesquisa citados por Bellotto são: guia, inventário, catálogo, catálogo seletivo, índice e edição de fontes.

1. **Guia:** Tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a demonstrar quais são os seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. O guia também serve para divulgar e promover o arquivo junto aos meios escolares, administrativos e culturais em geral. O guia deve conter introdução, informações sobre o arquivo – como instituição – e dados relativos aos fundos e serviços que presta. Aconselha-se também, a inclusão de fotografias e documentos ilustrativos.
2. **Inventário:** é o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. Trata-se de um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária e não analítica. É fundamental que não se faça uma seleção – não se pulem documentos –, sendo a sequência dos verbetes, em geral, a mesma da ordem do arranjo. O inventário pode contemplar um fundo inteiro, um só grupo ou alguns deles, uma série ou algumas delas, ou mesmo parte de uma delas. O tratamento sumário do inventário é o ideal para a descrição de fundos.
3. **Catálogo:** é o instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma ou mais séries; ou, ainda, de um conjunto de documentos, sendo respeitada, ou não, a ordem da classificação. É a representação descritiva de documento por documento. O tratamento analítico do catálogo aplica-se melhor aos fundos pessoais; aos fundos fechados de órgão de pequena amplitude e curta duração; ou aos casos em que, mesmo havendo uma grande quantidade de documentos, o arranjo não é funcional, não permitindo a descrição coletiva. Podem receber descrição unitária em catálogos os fundos fechados de órgãos muito antigos; ou séries, partes ou conjuntos delas, de especialíssimo interesse e denso conteúdo.
4. **Catálogo seletivo:** traz uma relação seletiva de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente. É utilizada a sistemática dos verbetes individualizados. A produção de catálogos seletivos se dá em virtude de efemérides e eventos ou como catálogos de exposições temporárias. É frequentemente elaborado por pessoas não pertencentes ao quadro de funcionários do arquivo.
5. **Índice:** aponta nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remete o leitor às respectivas notações de localização. Os índices podem ser parte complementar de inventários e catálogos analíticos ou ter personalidade própria, indexando diretamente os documentos. Ele pode ser considerado uma “lista alfabética”, e eventualmente cronológica. Sua elaboração depende de técnicas específicas da área de análise documental.
6. **Edição de fontes:** edição de textos históricos ou fontes documentais, que compreende a publicação do texto de forma integral. A forma ideal é a que prevê não só o texto, mas também estudos introdutórios e fontes paralelas. É necessária a utilização de normas oficiais de transcrição, sendo recomendada a utilização de notas de rodapé. Pode ser empregada para preservar os originais e facilitar o acesso ao texto completo. Entretanto, pelos recursos necessários, é preferível que seu uso seja circunstancial e esporádico, em efemérides, por exemplo.

Fonte:

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. 179-180.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ASSISTENTE SOCIAL

Contextualização Histórica:

Durante a ditadura militar (1964-1985), políticas como o Programa de Integração Nacional (PIN) foram implementadas com o objetivo de “integrar” a Amazônia ao restante do país. Essa ocupação tinha como base *slogans* como “Integrar para não entregar”, revelando o temor de “invasões estrangeiras” e a visão da floresta como espaço vazio a ser explorado. Os povos indígenas, no entanto, já ocupavam esses territórios, mas eram tratados como obstáculos ao desenvolvimento, resultando em deslocamentos forçados, conflitos armados, massacres e violações de direitos humanos

Impactos das Políticas de Ocupação sobre os Povos Indígenas:

Deslocamentos forçados: muitos grupos indígenas foram removidos de suas terras e, frequentemente, levados para locais inadequados, sem condições de subsistência ou próximos a grupos inimigos, gerando, assim, inúmeros conflitos.

Contato forçado: a Fundação Nacional do Índio (Funai), comandada por militares, foi incumbida de realizar o primeiro contato, resultando em episódios de violência e doenças trazidas pelos não indígenas.

Massacres: os embates entre indígenas e forças de segurança pública, ou vigias de grandes empreendimentos, levaram à mortes, mostrando a desproporcionalidade de forças (flechas contra armas de fogo).

Destruição cultural: a remoção forçada e os conflitos comprometeram modos de vida tradicionais e valores culturais dos povos indígenas.

Avanços na Legislação Pós-Constituição de 1988:

Reconhecimento dos direitos originários: o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconheceu aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e determinou à União o dever de demarcá-las, protegê-las e assegurar o usufruto exclusivo das riquezas naturais.

Proteção à diversidade cultural: o texto constitucional assegura aos povos indígenas o direito de preservar seus modos de vida, línguas e tradições, marcando uma ruptura com o modelo integracionista do passado.

Consulta prévia: com a ratificação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil garantiu aos povos indígenas o direito à consulta prévia, livre e informada sobre projetos que possam impactar seus territórios.

Demarcação de terras: a legislação prevê mecanismos para a demarcação de terras indígenas, sendo essencial para a garantia de sua sobrevivência cultural e física.

Desafios Atuais:

Conflitos territoriais: muitos territórios ainda não foram demarcados, gerando disputas entre indígenas, latifundiários e setores do agronegócio.

Pressões econômicas e políticas: projetos de infraestrutura, como hidrelétricas, rodovias e mineração, continuam ameaçando terras indígenas, muitas vezes com apoio governamental.

Insegurança jurídica: alterações legais recentes, como discussões sobre o “marco temporal”, têm gerado incertezas sobre os direitos territoriais dos povos indígenas.

Violência contra indígenas: casos de invasões, assassinatos e exploração de terras indígenas ainda são recorrentes, destacando a insuficiência na aplicação das leis protetivas.

Conclusão:

A Constituição de 1988 representa um marco no reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, corrigindo parcialmente os erros históricos das políticas anteriores.

No entanto, a luta pela efetivação plena desses direitos ainda enfrenta desafios significativos, exigindo esforços contínuos de articulação entre o Estado, a sociedade civil e os próprios povos indígenas para garantir sua dignidade, segurança e autonomia.

Fontes:

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Aprovada em Genebra, 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- AGÊNCIA SENADO. A ocupação da Amazônia durante a ditadura militar. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ditadura-criou-estatuto-do-indio-para-afastar-acusacoes-de-genocidio>. Acesso em: 11 dez. 2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – BIBLIOTECONOMISTA

- 1) A infraestrutura para a biblioteca digital do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) deverá ser aquela que adote formatos padronizados e abertos; para garantir a atribuição de identificadores persistentes e, por consequência, promover a interoperabilidade com outras bibliotecas e repositórios digitais. A preservação digital é um processo estratégico essencial para garantir que documentos eletrônicos sejam acessíveis a longo prazo, independentemente da evolução tecnológica. A obsolescência de formatos de arquivo e suportes digitais exige soluções como a migração periódica para formatos abertos e reconhecidos, como PDF/A e o XML para documentos textuais, e o uso de ferramentas de emulação, que recriam o ambiente original de *softwares* antigos. Além disso, a implementação de políticas institucionais que priorizem a atualização contínua de sistemas é vital para mitigar riscos.
- 2) Os identificadores persistentes, como o *Digital Object Identifier* (DOI), o *Uniform Resource Name* (URN), o *Persistent PURL*, o *CrossRef*, o *Handle System*, e o *OpenURL*, oferecem uma solução para a rastreabilidade e a integridade de documentos digitais. Diferente de *links* que podem se tornar inativos, identificadores persistentes criam uma associação estável entre um objeto digital e sua localização em repositórios. Isso garante que documentos, em especial os de valor histórico e acadêmico, possam ser encontrados e citados de forma confiável, mesmo com mudanças na infraestrutura dos sistemas.
- 3) O protocolo Z39.50, entre outros, são ferramentas essenciais para promover a interoperabilidade entre sistemas de bibliotecas e outros repositórios digitais. A estrutura desses protocolos permite que diferentes *softwares* se comuniquem, compartilhando metadados e conteúdo de forma eficiente. Como exemplo, pode-se dizer que a adoção dos protocolos facilita o acesso a acervos externos e o enriquecimento de registros locais, além de reduzir redundâncias e melhorar a experiência do usuário. Entre as ferramentas mais usadas e reconhecidas para promover a interoperabilidade entre bibliotecas e repositórios digitais estão o protocolo Z39.50, o protocolo OAI-PMH, o protocolo SWR (*Search Retrieval Web Service*) da LOC, além de modelos menos formais como o *harvesting* e *gathering*. Além disso, a utilização de formatos de intercâmbio padronizados como o MARC-21, o *Dublin Core* e o *Lilacs* são essenciais para garantir uma infraestrutura de sistema que garanta a interoperabilidade de forma eficiente. Portanto, a infraestrutura de biblioteca digital será aquela que garanta a digitalização dos acervos em formatos padronizados e abertos; a atribuição de identificadores persistentes a todos os documentos digitais; e a integração de sistemas, para promover a interoperabilidade. Com essas medidas, a biblioteca assegura a preservação de seus documentos, promove o acesso colaborativo e estabelece bases sólidas para a sustentabilidade do repositório digital.

Fontes:

- SILVA, Elias Machado da; SANTOS, Maria Cristina Lopes. Gestão de documentos digitais: desafios da preservação digital. Salvador: EDUFBA, 2012.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite. Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: UFMG, p. 215-222, 2012.
- SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SERAPIÃO, Bruno Henrique. Preservação digital: uma proposta de estratégias para a gestão de longo prazo. Ciência da Informação, Brasília, v. 39, n. 2, p. 41-54, 2010.
- Thomaz, Katia P.; Soares, Antonio José. A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS). DataGramZero, v. 5, n. 1, fev. 2004.
- Sant'Anna, W. (2001). A perspectiva arquivística da preservação digital. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 2, p. 109-120, 2001.
- SAYÃO, Luís Fernando. Interoperabilidade das bibliotecas digitais: o papel dos sistemas de identificadores persistentes - URN, PURL, DOI, Handle System, CrossRef e OpenURL. Transinformação, v. 19, n. 1, abr 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/NTr5XbPG7LG5pWH876MmWVN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez 2024.
- SAYÃO, Luís Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. O desafio da interoperabilidade e as novas perspectivas para as bibliotecas digitais. Transinformação, v. 20, n. 2, ago 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/LSxTfhK6NfX54t4ypBK87kM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez 2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTADOR

A) Ativo: é um recurso controlado no presente pela entidade, resultante de eventos passados, e do qual se espera que fluam benefícios econômicos futuros ou capacidade de prestação de serviços. Caso não atenda a esses requisitos, um item não deve ser reconhecido no Balanço Patrimonial como ativo da entidade. O conceito de ativo está ligado a outros dois pontos importantes: um recurso é um item com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou de prestação de serviços (que no setor público é finalidade primária de manutenção de ativos imobilizados). O controle, por sua vez, envolve a capacidade de a entidade acessar o ativo, ao mesmo tempo em que pode restringir o acesso de terceiros àquele bem. A propriedade legal de um item é um forte indicador de controle, mas não é determinante para o reconhecimento do ativo caso o item não preencha as definições de “recurso” e não detenha os direitos de controle. Por exemplo, nos casos de “*leasing*” ou aluguel, uma entidade não é a proprietária formal de um ativo, mas é quem detém o controle sobre ele e quem aproveita sua capacidade de geração de benefícios econômicos.

B) Passivo: é uma obrigação atual, derivada de eventos passados, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade. No setor público, os passivos podem decorrer de compromissos legais, contratuais ou até mesmo da implementação de um programa ou serviço. Oportuno registrar que a ausência de data de liquidação não impede que a obrigação origine um passivo. A identificação de terceiros é uma indicação da existência de obrigação que dá origem a um passivo. Entretanto, não é essencial saber a identidade dos terceiros antes da época da extinção do passivo para que a obrigação presente exista. Já as Provisões são um tipo de passivo com prazo ou valor incertos, mas cuja liquidação é provável e exige uma estimativa. É importante diferenciar as provisões dos “*accruals*”, que são obrigações efetivamente devidas cuja liquidação deve ocorrer em momento posterior, mas que, em razão do princípio da competência, devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial de forma proporcional. Já os Passivos Contingentes dependem de eventos futuros incertos, o que impede seu reconhecimento imediato (Passivos Contingentes não são reconhecidos em contas patrimoniais, mas podem sê-lo em contas de natureza de controle), mas permite a divulgação em notas explicativas, quando não for remota a possibilidade de ocorrência dos fatores que lhe derem causa.

Fonte:

- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TSP – do Setor Público. NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, de 04/10/2016.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMISTA

A teoria econômica desenvolvida por Arthur Laffer, economista americano que concentrou seus estudos no setor público, pode ser, resumidamente, compreendida pela análise da “Curva de Laffer”. A curva de Laffer é uma representação da relação entre a arrecadação e variações nas alíquotas tributárias. Inicialmente, a tributação é nula e, conseqüentemente, a arrecadação é zero. À medida que são promovidas elevações nas alíquotas tributárias, observa-se crescimento na arrecadação, o que é demonstrado pelo comportamento ascendente da Curva. Porém, quando se atinge um ponto de máxima tributação, mesmo que as alíquotas dos tributos sejam aumentadas, a receita pública não aumentará. Ao contrário, qualquer acréscimo nos custos tributários para os contribuintes levaria à queda na arrecadação. As implicações da Curva de Laffer para políticas fiscais e, conseqüentemente, para a arrecadação, estão nas informações que dela se pode extrair, pois equidade, eficiência e simplicidade são aspectos determinantes na avaliação de sistemas tributários.

Quanto ao aspecto da equidade na tributação, ele se estrutura no Princípio do Benefício, o qual está orientado pela pressuposição de que os cidadãos demandam serviços públicos mediante cálculos de utilidade. Dessa forma, a tributação deve ser estabelecida tal como um preço destinado a maximizar a satisfação que o “consumidor” auferir com seus pagamentos por serviços públicos utilizados.

Outrossim, a eficiência em matéria tributária pode ser entendida como a obrigação da Administração Pública de utilizar os recursos arrecadados com a maior pertinência e adequação possível em prol da sociedade.

Nesse sentido, da mesma forma que a eficiência, ideias sobre equidade podem ser aplicadas de diferentes maneiras – equidade pode estar relacionada ao acesso a bens e serviços (ex.: moradia ou educação) ou à maneira como a renda é alocada entre os indivíduos.

Por sua vez, quanto à simplicidade no sistema tributário, o contribuinte deve saber o que, como, quanto e para quem está pagando tributos e qual a finalidade da arrecadação. O pagamento de tributos não deve impor custos ao cidadão acima do próprio valor dos tributos a serem pagos.

Os gestores governamentais responsáveis pelas definições das políticas fiscais a serem implementadas devem considerar a correlação entre alíquotas e arrecadação, pois essa correlação pode interferir no cenário econômico, haja vista que o consumo pode ser positivamente impactado pela redução das alíquotas de impostos e as empresas podem contratar mais trabalhadores com a redução da carga tributária. Por outro lado, o aumento das alíquotas dos tributos pode encarecer processos produtivos e aumentar os preços dos produtos, impactando negativamente no consumo e, por consequência, na arrecadação.

Fonte:

- LAFFER, A. B. Statement prepared for the joint economic committee. In: LAFFER, A. B.; SEYMOUR, J. P. (Ed.). The economics of the tax revolt: a reader. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ENFERMEIRO

- 1) O gerenciamento de enfermagem é crucial para garantir qualidade assistencial e otimização de custos nos serviços de saúde, indo além da coordenação de tarefas diárias e envolvendo estratégias para eficiência e segurança no cuidado.
- Qualidade assistencial: implementação de protocolos baseados em evidências, monitoramento contínuo de indicadores de saúde (infecções, mortalidade, eventos adversos) e educação continuada da equipe.
 - Otimização de custos: redução de desperdícios, gestão eficiente de materiais, medicamentos e leitos, além da prevenção de complicações (úlceras, infecções) para evitar custos adicionais.
 - Gestão estratégica: planejamento adequado de recursos humanos, evitando sobrecarga ou subutilização; uso de sistemas informatizados para melhorar o fluxo de trabalho e reduzir erros.
 - Auditagem dos processos: identificação de não conformidades nos processos assistenciais, analisando práticas, documentos e resultados à luz de protocolos e normas vigentes.
 - Qualificação dos serviços: garantir conformidade com padrões regulatórios e de acreditação, fortalecendo a segurança e a eficiência do cuidado.
- 2) O enfermeiro desempenha um papel essencial na promoção da qualidade assistencial por meio de práticas sustentáveis, contribuindo para a eficiência dos serviços e a preservação de recursos. Suas principais ações incluem:
- Gestão eficiente de recursos materiais e medicamentos, reduzindo desperdícios e promovendo o uso racional.
 - Prevenção de complicações e eventos adversos, como infecções e úlceras por pressão, diminuindo internações prolongadas e custos adicionais.
 - Educação da equipe e pacientes, incentivando práticas de saúde sustentáveis, como o descarte correto de resíduos e a economia de insumos.
 - Monitoramento e otimização de processos, adotando tecnologias e protocolos que reduzam impactos ambientais e melhorem a eficiência assistencial.
 - Promoção da saúde coletiva, integrando práticas de prevenção, promoção e reabilitação que favoreçam a sustentabilidade do sistema de saúde.
- Dessa forma, o enfermeiro contribui para uma assistência que alia qualidade, segurança e sustentabilidade, garantindo resultados positivos tanto para os pacientes quanto para a instituição e o meio ambiente.

Fontes:

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento Nacional de Auditoria do SUS. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017. 48 p. : il. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/denasus/publicacoes/manual-de-principios-diretrizes-e-regras-de-auditoria-do-sus.pdf/view>.
- Oliveira AF de S, Lopes Junior HMP, Silva LG da. IMPACTO DA AUDITORIA DE ENFERMAGEM NA GESTÃO DE RECURSOS E CUSTOS EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE. REASE [Internet]. 1º de outubro de 2024 [citado 19º de novembro de 2024];10(10):26-38. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15835>
- Galvão DM, Cezar-Vaz MR, Xavier DM, Penha JGM, Lourenção LG. Hospital sustainability indicators and reduction of socio-environmental impacts: a scoping review. Rev esc enferm USP [Internet]. 2023;57: e20220364. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2022-0364en>.
- Steuernagel CR. SUSTENTABILIDADE: UM NOVO PARADIGMA NA EDUCAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE. Cogitare Enferm [Internet]. 2024;29:e94452. Available from: <https://doi.org/10.1590/ce.v29i0.94452>
- Backes DS, Halmenschlager RR, Cassola TP, Erdmann AL, Hämel K, Costenaro RGS. Inseparability between public health, planetary health and the nursing process: premise for sustainable development. Rev esc enferm USP [Internet]. 2024;58: e20240026. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2024-0026en>.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ENGENHEIRO CIVIL

- 1) Análise dos princípios e diretrizes legais aplicáveis:** A Lei Federal nº 8.987/1995 regula os contratos de concessão de serviços públicos, estabelecendo diretrizes como eficiência, modicidade tarifária e continuidade do serviço público. No caso do terminal rodoviário, a modicidade tarifária está sendo violada, o que compromete o equilíbrio entre o interesse público e o privado. Já a Lei nº 11.079/2004 regulamenta as Parcerias Público-Privadas (PPPs), priorizando contratos que promovam eficiência na aplicação dos recursos e distribuam os riscos de forma equilibrada entre o parceiro público e o privado. O caso do projeto de iluminação pública requer a aplicação desses princípios, incluindo a observância ao equilíbrio econômico-financeiro e a garantia de retorno ao parceiro privado dentro dos limites orçamentários.
- 2) Instrumentos legais disponíveis para corrigir as falhas no contrato de concessão:** A prefeitura municipal aludida no estudo de caso pode adotar medidas previstas na Lei nº 8.987/1995, como a imposição de penalidades por descumprimento contratual (Art. 29) e, em caso de falhas graves, a encampação do serviço, mediante indenização prévia. Adicionalmente, pode-se instaurar uma revisão tarifária com base no desequilíbrio econômico-financeiro identificado, readequando os valores cobrados aos usuários. Também é essencial reforçar a fiscalização e exigir o cumprimento das obrigações de manutenção por parte da concessionária, mediante a aplicação de multas ou advertências, conforme previsto no contrato.
- 3) Cuidados na celebração da PPP para o projeto de iluminação pública:** Na celebração do contrato de PPP, é fundamental observar os limites de comprometimento orçamentário do município, que não deve exceder 5% da receita corrente líquida, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal. A análise de viabilidade econômico-financeira deve ser detalhada, assegurando que o retorno ao parceiro privado seja suficiente, mas não oneroso ao ponto de comprometer a sustentabilidade do projeto. Adicionalmente, o edital deve prever garantias adequadas, como a utilização de fundos de garantia ou seguros. A distribuição dos riscos deve ser equitativa, com o parceiro privado assumindo riscos operacionais e o município assumindo riscos regulatórios. Por fim, é essencial garantir transparência em todas as etapas, desde o processo licitatório até a execução, para evitar questionamentos jurídicos ou administrativos futuros. A aplicação rigorosa das normas é crucial para assegurar a eficiência, economicidade e regularidade nos contratos de concessão e PPPs. Medidas corretivas no contrato de concessão e um planejamento cuidadoso na celebração da PPP garantirão que os interesses públicos sejam devidamente protegidos e promovidos.

Fontes:

- BRASIL. Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 fev. 1995. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Lei Federal n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.
- DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Direito Administrativo. 35. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 19. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 48. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2022.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ENGENHEIRO ELETRICISTA

1. Dimensionamento de condutores com base na ampacidade e na queda de tensão permitida:

O dimensionamento considera a corrente das cargas e os critérios de queda de tensão. Para iluminação e TUG, são utilizadas fórmulas, tabelas, *softwares* ou manuais, garantindo que o valor esteja dentro de 4%. Para circuitos com cargas maiores, condutores de maior seção transversal podem ser necessários.

2. Fatores de correção térmica e sua influência na seleção de condutores:

Fatores como a temperatura ambiente e o agrupamento de condutores em eletrodutos afetam a ampacidade. A aplicação de tabelas da NBR 5410 corrige a capacidade de condução de corrente, evitando sobreaquecimento e falhas.

3. Divisão de circuitos e sua importância na funcionalidade e segurança da instalação:

A separação por tipo de carga (iluminação, TUG, TUE, ar-condicionado) permite isolar falhas, reduzir riscos e facilitar manutenção. Por exemplo, cada ar-condicionado deve ser alimentado por circuito exclusivo.

4. Dimensionamento de eletrodutos, considerando o agrupamento de condutores:

O espaço ocupado pelos condutores no interior do eletroduto deve ser inferior a 40% da área útil do eletroduto. O agrupamento exige maior diâmetro ou maior número de eletrodutos para atender à norma.

5. Cálculo da demanda total, considerando fatores de simultaneidade e fator de demanda:

A demanda total é calculada somando as cargas e aplicando fatores de demanda e simultaneidade, conforme tabelas normativas. Por exemplo, para TUG, aplica-se um fator de 0,6.

6. Análise das condições de instalação, como temperatura ambiente e número de condutores no eletroduto:

A ampacidade deve ser ajustada para condições diferentes das tabelas padrão. Em locais com alta temperatura ambiente ou muitos condutores por eletroduto, os valores nominais devem ser reduzidos.

7. Aspectos de iluminação, como eficiência energética e uniformidade luminosa:

O projeto de iluminação deve priorizar lâmpadas de alta eficiência energética e distribuição uniforme, melhorando o conforto visual e reduzindo o consumo.

8. Previsão de futuras ampliações e flexibilidade do projeto:

A reserva de capacidade nos quadros de distribuição e condutores superdimensionados são estratégias para atender a possíveis ampliações, evitando reformas dispendiosas.

Fontes:

- CERVELIN, S. CAVALIN, G. Instalações Elétricas Prediais. Editora Érica. 12ª Edição, 2020.
- NEGISOLI, M. E. Instalações Elétricas: Projetos Prediais em Baixa Tensão. Editora Blucher. 3ª Edição.
- CREDER, H. Instalações Elétricas. Editora LTC. 17ª Edição, 2022.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ENGENHEIRO ELETRÔNICO

1. Conceito de malha fechada e sua aplicação no controle de temperatura.

A malha fechada utiliza realimentação para comparar a saída do sistema com a entrada de referência, ajustando a atuação para corrigir desvios. No controle de temperatura do forno, o sensor mede a temperatura atual, que é comparada com o valor desejado (*setpoint*). O controlador PID ajusta a potência fornecida ao elemento de aquecimento, reduzindo o erro de forma contínua e precisa.

2. Análise da função de transferência do sistema e características dinâmicas.

A função de transferência caracteriza um sistema de resposta lenta, influenciado pelo atraso de transporte, que pode dificultar a rápida correção de erros. Esse modelo é essencial para projetar o controlador adequado.

3. Benefícios e limitações do controlador PID nesse contexto.

O controlador PID oferece controle robusto ao combinar ganho proporcional para reduzir erros instantâneos, integral para eliminar erros em regime permanente e derivativo para melhorar a resposta dinâmica. No entanto, atrasos podem causar instabilidades se os parâmetros não forem ajustados adequadamente, exigindo atenção especial ao ajuste.

4. Estratégias para compensar o atraso de transporte no sistema.

Para mitigar o impacto do atraso, pode-se usar técnicas como a adição de um compensador do tipo avanço de fase ou a redução da agressividade do controlador PID (menor K_p e K_d). Outra estratégia é ajustar o tempo integral (K_i) para evitar oscilações causadas pela resposta tardia do sistema.

5. Procedimentos para ajuste dos ganhos proporcional, integral e derivativo (K_p , K_i , K_d).

Ajuste inicial com métodos empíricos, como *Ziegler-Nichols*, é recomendado. Começa-se aumentando K_p até observar oscilações estáveis, calculando, então, K_i e K_d baseados nos critérios do método. Após isso, simulações ou ajustes manuais refinam os valores para atender aos requisitos de desempenho, considerando o atraso.

6. Avaliação do desempenho do sistema controlado, considerando os requisitos fornecidos.

Simulações ou testes reais verificam se o sistema atende aos critérios:

- Erro em regime permanente nulo é garantido pelo termo integral (K_i).
- Tempo de acomodação menor que 20 segundos é ajustado pela combinação de K_p , K_i e K_d .
- Sobressinal menor que 10% é controlado reduzindo K_p e ajustando K_d .
- Margem de fase maior que 30 graus é analisada via diagramas de Nyquist ou Bode.

7. Importância da análise de estabilidade e margens de ganho e fase.

A análise de estabilidade garante que o sistema não oscile ou entre em regime instável. Ferramentas como margens de ganho e fase permitem prever o comportamento do sistema sob variações. Margens de fase maior que 30 graus asseguram resposta robusta mesmo diante de incertezas no modelo.

8. Exemplos práticos de como o controle de temperatura impacta o desempenho industrial.

O controle de temperatura preciso é crucial para evitar desperdício de energia, melhorar a qualidade dos produtos (ex.: fabricação de vidros ou materiais cerâmicos) e aumentar a segurança em processos que dependem de condições térmicas rigorosas. Erros no controle podem levar a produtos defeituosos ou a falhas no equipamento.

Fontes:

- NISE, N. Engenharia de Sistemas de Controle. Editora LTC. 7ª Edição, 2017.
- FRANKLIN, Gene F.; POWELL, J. David; EMAMI-NAEINI, Abbas. Sistemas de Controle Para Engenharia. Editora Bookman. 6ª Edição, 2013.
- DISTEFANO, Joseph J., STUBBERUD, Allen R., WILLIAMS, Ivan J. Sistemas de Controle. Bookman. 2ª edição, 2014.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ESTATÍSTICO

1) Preditor linear para a probabilidade de $Y_i=1$:

No contexto da regressão logística canônica, para cada unidade amostral $i = 1, \dots, n$, o preditor linear para a probabilidade de um processo ser julgado favoravelmente, isto é, $p_i = P(Y_i = 1 | X_i)$, pode ser expressado como:

$$\text{logit}(p_i) = \log\left(\frac{p_i}{1-p_i}\right) = \beta_0 + \beta_1 X_i,$$

onde β_0 é o intercepto e β_1 é o coeficiente associado ao valor da indenização solicitada (X_i). Nesse modelo tem-se que

$$p_i = P(Y_i = 1 | X_i) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 X_i}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 X_i}}.$$

2) Definição e interpretação da razão de chances (*odds ratio*):

A razão de chances (*odds ratio*) é definida como sendo $OR = P(Y_i = 1 | X_i) / P(Y_i = 0 | X_i) = e^{\beta_1}$. No que se refere à interpretação, a razão de chances indica quantas vezes as chances de $Y_i = 1$ mudam para cada unidade adicional de X_i . Assim, se $\beta_1 > 0$ o aumento em X_i está associado a um aumento na chance do processo ser julgado favoravelmente. O contrário acontece se $\beta_1 < 0$. Caso $\beta_1 = 0$, não há efeito.

3) Medidas para avaliar a capacidade preditiva:

Diversas medidas podem ser utilizadas para avaliar a capacidade preditiva do modelo, como, por exemplo, sensibilidade; especificidade; AUC-ROC (Área sob a curva ROC); precisão; *recall*; F1-score; e *pseudo-R*². Outras medidas podem ser citadas, desde que sejam válidas de acordo com a literatura estatística para avaliação de modelagem preditiva de variável resposta binária.

4) Estratégias para análise de resíduos:

Dentre os mecanismos de avaliação dos resíduos de um modelo de regressão logística, podem ser citados, por exemplo, gráficos de envelope dos resíduos *deviance* ou resíduos de Pearson; testes de bondade de ajuste (como Hosmer-Lemeshow); além da avaliação de *outliers* e de observações influentes por meio da Distância de Cook e medidas de alavancagem. Outros métodos podem ser citados, desde que sejam válidos de acordo com a literatura estatística para validação do modelo de regressão logística.

5) Métodos de *machine learning* alternativos à regressão logística:

Destacam-se os métodos baseados em árvores de decisão, como os métodos CART ou *random forest* que são intuitivos e capturam interações não lineares. Além disso, outros métodos bastante populares que podem ser citados são: *Naive Bayes*; *Support Vector Machines* (SVM); Redes neurais artificiais; e *Gradient Boosting* (por exemplo, XGBoost, LightGBM). Outros métodos de *machine learning* podem ser citados, desde que sejam válidos de acordo com a literatura estatística para modelagem preditiva de variável resposta binária.

Fontes:

- MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. Estatística básica. Saraiva Educação SA, 2017.
- Montgomery, D.C., Runger, G.C. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros (7ª edição em português). LTC, 2021.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – FISIOTERAPEUTA

A Fraqueza muscular adquirida na Unidade de Terapia Intensiva (FMA-UTI) é uma complicação comum em pacientes criticamente doentes. Essa condição é caracterizada por fraqueza muscular difusa e simétrica com comprometimento da musculatura periférica e dos músculos respiratórios, e alterações de excitabilidade do nervo motor, e resulta em tetraparesia ou tetraplegia flácida podendo ser recuperável total ou parcialmente.

A musculatura facial geralmente está preservada, ocorrendo hiporreflexia ou arreflexia dos reflexos profundos, atrofia muscular, maior tempo de permanência na ventilação mecânica e no tempo do desmame ventilatório, além de acréscimo no tempo de internação na UTI e da internação hospitalar.

Os principais fatores de risco para o desenvolvimento da FMA-UTI incluem imobilidade prolongada, sepse, inflamação sistêmica persistente, falência de múltiplos órgãos, hiperglicemia, uso de glicocorticoides e agentes bloqueadores neuromusculares, drogas vasoativas, hemodiálise e desnutrição. A gravidade da doença na admissão, idade avançada e comorbidades também são fatores de risco significativos.

O diagnóstico da FMA-UTI é frequentemente realizado através de testes manuais de força muscular à beira do leito, em pacientes que estão acordados e cooperativos. O mais frequentemente utilizado para avaliação da força muscular periférica é o *Medical Research Council* (MRC), que avalia 12 grupos musculares. São avaliados os músculos envolvidos na dorsiflexão do tornozelo, extensão de joelho e flexão do quadril para os membros inferiores, extensão de punho, flexão de cotovelo e abdução de ombro para membros superiores, bilateralmente. Um escore total abaixo de 48 pontos designa a fraqueza muscular adquirida na UTI. A dinamometria da mão também é um teste bastante utilizado e mede a força muscular isométrica podendo ser utilizado como um teste diagnóstico rápido. Valores menores do que 11 kgf para homens e abaixo de 7 kgf para mulheres são considerados como pontos de corte para caracterização da FMA-UTI. No entanto, a eletromiografia e os estudos de condução nervosa são considerados o padrão-ouro para o diagnóstico, especialmente em casos de apresentação clínica atípica ou evolução.

As estratégias de prevenção são bem estabelecidas e incluem o controle rigoroso da glicemia, a mobilização precoce e a minimização do uso de sedativos e nutrição adequada. A reabilitação tem papel importante para prevenção e tratamento da FMA-UTI e inclui os exercícios de fortalecimento muscular de membros superiores e membros inferiores, treinamento muscular inspiratório, e exercícios de condicionamento cardiovascular. A estimulação elétrica neuromuscular tem mostrado recurso eficaz para prevenir e reverter a FMA-UTI.

Fonte:

- Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbti/a/k7HcsFWQvmZWlTb4svX9btG/>. Acesso em: janeiro de 2025.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – FONOAUDIÓLOGO

As habilidades auditivas que compõem o Processamento Auditivo Central (PAC) são: localização e lateralização sonora; capacidade de identificar a fonte sonora; discriminação auditiva; habilidade para diferenciar um som do outro; reconhecimento de padrão auditivo; capacidade de perceber semelhanças e diferenças entre padrões acústicos; aspectos temporais da audição; habilidade de processar estímulos acústicos em função do tempo; figura-fundo; habilidade para focar na mensagem na presença e estímulos competitivos; fechamento auditivo; reconhecimento da fala quando partes estão sendo omitidas ou distorcidas; aspectos binaurais da audição; e, processamento de estímulos acústicos apresentados às duas orelhas.

A avaliação do processamento auditivo não é um processo único que possa ser avaliado por meio de um único teste; é necessário um conjunto deles para rastrear as diversas funções do sistema nervoso auditivo central. Os testes recomendados para realizar a avaliação comportamental do PAC apresentam tipos de estímulos diferentes (verbais e não verbais) e podem ser apresentados de forma binaural ou monoaural, de acordo com as categorias: 1) Testes monoaurais de baixa redundância: testes cujos estímulos de fala são apresentados de forma degradada, através da modificação das características de frequência, tempo ou intensidade de um sinal. São apresentados de forma monoaural, ou seja, uma orelha é avaliada por vez, individualmente. Avaliam a habilidade de fechamento auditivo ou de figura-fundo em tarefas de reconhecimento de fala com sinal degradado ou competitivo. 2) Testes dicóticos: referem-se aos testes cuja condição de estimulação envolve dois estímulos diferentes concorrentes e que são apresentados simultaneamente nas duas orelhas. O processo auditivo a ser avaliado depende da tarefa que será requerida ao paciente. Em tarefas de atenção dividida, o mecanismo auditivo avaliado é a integração binaural. Já em tarefas de atenção direcionada, o mecanismo auditivo avaliado é o de separação binaural. 3) Testes de processamento temporal: o processamento temporal é definido como processamento do estímulo acústico ao longo do tempo. É dividido nas habilidades auditivas: de ordenação, resolução, integração e mascaramento temporal. 4) Testes de interação binaural: são testes que avaliam a capacidade do sistema nervoso auditivo central (SNAC) de processar informações diferentes, porém complementares, distribuídas entre as duas orelhas e unificá-las em um evento perceptual. Esses processos são dependentes das diferenças do tempo, da intensidade e frequência interaural e têm como resultado a habilidade de fusão e síntese e correspondem também aos mecanismos de processamento espacial.

Os sinais e sintomas do transtorno do processamento auditivo central (TPAC) podem ser heterogêneos e muito similares a manifestações comportamentais de outros transtornos da linguagem, da aprendizagem, do desenvolvimento e do envelhecimento. Cabe ressaltar que há sinais e sintomas que não são exclusivos do TPAC, sendo essencial realizar o diagnóstico diferencial e mensurar a presença de comorbidades. Assim, o indivíduo com TPAC pode apresentar: dificuldades na localização sonora; piora do desempenho em locais com sinal acústico degradado ou com competição; aumento do tempo para responder aos sons; dificuldade para discriminar, comparar ou aprender novos sons; solicitação frequente de repetição; dificuldade em entender e, conseqüentemente, seguir regras e ordens; dificuldade nos mecanismos de atenção auditiva.

Fontes:

- GEFFNER, D.; ROSS-SWAIN, D. (Eds.). Auditory processing disorders: assessment, management, and treatment. 3ª ed. San Diego: Plural Publishing. 2019.
- American Speech-Language-Hearing Association (ASHA) [homepage na internet]. Central Auditory Processing Disorder. 2024. [acessado 06 dez 2024]. Disponível em: <https://www.asha.org/practice-portal/clinical-topics/central-auditory-processing-disorder>.
- Conselho Federal de Fonoaudiologia. Guia de orientação - Avaliação e Intervenção no Processamento Auditivo Central, 2020.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – HISTORIADOR

As fontes históricas são essenciais para compreender o passado, registrando vestígios, ideias, eventos e práticas de épocas anteriores. Elas se dividem em fontes primárias, produzidas no contexto dos acontecimentos, e fontes secundárias, que interpretam as primárias. A análise criteriosa dessas fontes permite reconstruir contextos e compreender processos sociais, políticos e culturais. Este texto aborda o conceito de fonte histórica, exemplifica com jornais do século XIX do Brasil Império e discute a metodologia adequada para sua análise.

Uma fonte histórica é qualquer vestígio do passado que oferece informações sobre eventos, comportamentos, instituições e práticas anteriores. No Brasil Império, os jornais do século XIX são fontes primárias relevantes, produzidos em meio a transformações políticas, sociais e culturais. Esses jornais refletem as mudanças do período, expressando a consolidação do Estado, as lutas políticas, as transformações econômicas e a influência das ideias liberais. Sua linguagem e estilo, típicos da época, permitem uma visão autêntica do discurso público, mas também revelam subjetividades e possíveis vieses, exigindo uma análise crítica, especialmente diante de sua fragmentariedade.

Para analisar esses jornais, a metodologia ideal é a combinação da análise documental com a crítica histórica. Essa abordagem envolve a verificação da autenticidade dos exemplares, a contextualização histórica do conteúdo em relação ao cenário do Brasil Império, a interpretação crítica dos vieses e intenções presentes nas matérias e a análise linguística e estilística, que examina vocabulário, estrutura textual e recursos retóricos para entender as estratégias comunicativas.

Em síntese, as fontes históricas são instrumentos fundamentais para reconstruir o passado e aprofundar a compreensão dos processos históricos. Os jornais do século XIX no Brasil Império exemplificam como documentos produzidos em um contexto específico oferecem valiosas informações sobre a realidade política, social e cultural de uma época. Ao aplicar uma metodologia que une análise documental e crítica histórica, é possível confirmar a autenticidade, compreender o conteúdo e interpretar as nuances desses periódicos, contribuindo significativamente para a compreensão do Brasil Império e de seus processos históricos.

Fontes:

- CERTEAU, Michel de. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- DOSSE, François. A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O livro Fontes Históricas como fonte. PINSKY, Carla Bassanezi et al. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 3. Ed., 6ª reimpressão. 2021. p. 10.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – JORNALISTA

1. A associação entre “A Guerra dos Mundos”, a Teoria Hipodérmica da Comunicação e as *fake news* revela como a mídia tem o poder de moldar a percepção pública e gerar reações imediatas, muitas vezes sem resistência ou questionamento. Em 1938, a dramatização de Orson Welles utilizou um formato de boletins interrompidos, criando a ilusão de uma cobertura jornalística ao vivo, o que fez com que muitos ouvintes acreditassem que uma invasão alienígena estava acontecendo. Isso reflete a ideia central da Teoria Hipodérmica, que sugere que a mídia exerce um efeito direto e poderoso sobre o público, induzindo reações rápidas e irracionais. A Teoria assume que os indivíduos são receptores passivos das mensagens, sem capacidade de filtrar ou questionar as informações que recebem, o que é exatamente o que ocorreu durante a transmissão de Welles. Assim como na transmissão de Welles, as *fake news* também se espalham por canais de comunicação confiáveis, manipulando informações para gerar pânico, desinformação e comportamentos impulsivos. A sensação de urgência e a falta de contexto são características comuns em ambas as situações, explorando a confiança do público na mídia. Quando as informações são apresentadas como “fatos”, muitas vezes sem qualquer verificação ou fontes confiáveis, o público tende a aceitá-las sem questionar. Essa falta de mediação cria um terreno fértil para a disseminação de informações falsas. Tanto no caso de “A Guerra dos Mundos” quanto nas *fake news* atuais, há uma manipulação da emoção, utilizando o medo e o pânico para gerar uma resposta rápida. No passado, a transmissão causou caos, com pessoas fugindo de suas casas acreditando que estavam sendo atacadas. Hoje, as *fake news* provocam divisões sociais, conflitos políticos e até pânico coletivo. Ambas as situações demonstram o poder da mídia em afetar atitudes, crenças e até decisões políticas, alertando para os riscos da manipulação midiática.
2. Além disso, a análise da relação entre “A Guerra dos Mundos”, a Teoria Hipodérmica e as *fake news* evidencia a importância da educação midiática como ferramenta para fortalecer o senso crítico do público. No contexto atual, onde as informações circulam de forma instantânea e global por meio das redes sociais, a capacidade de distinguir fatos de ficções tornou-se essencial. Assim como em 1938, quando a confiança inquestionável na mídia resultou em pânico, hoje a rápida disseminação de notícias falsas pode ter consequências graves, desde a desinformação sobre temas de saúde até interferências em processos democráticos. Investir na conscientização do público sobre as dinâmicas da comunicação e na promoção de uma postura reflexiva frente às informações recebidas é crucial para mitigar os efeitos de mensagens manipuladoras, fortalecendo a resiliência da sociedade contra os impactos negativos de notícias fabricadas.

Fontes:

- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Editorial Presença, Lisboa, 1995.
- BARRETO, Irineu. Fake News: anatomia da desinformação, discurso de ódio e erosão da democracia. São Paulo: ExpressaJur, 2022.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- BARBOSA, Mariana. Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- DEFLEUR, Melvin L.; BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MATEMÁTICO

1. A definição do valor de n , o tamanho da amostra: o valor de n corresponde ao número de processos analisados no estudo. Como a soma de quadrados total (SQT) possui 40 graus de liberdade, o tamanho da amostra n é 41, já que o grau de liberdade total é dado por $n - 1$.

2. A interpretação da quantidade SQRes: a soma de quadrados dos resíduos (SQRes) é 1800 e representa a parcela da variação total do tempo de tramitação que não é explicada pelas variáveis explicativas incluídas no modelo linear. Quanto maior a SQRes, maior a incerteza ou erro do modelo na previsão do tempo de tramitação.

3. Valor e interpretação do coeficiente de determinação R^2 : o coeficiente de determinação R^2 mede a proporção da variação total do tempo de tramitação que é explicada pelas variáveis explicativas incluídas no modelo linear. Ele é calculado como:

$$R^2 = 1 - \frac{SQRs}{SQT} = 1 - \frac{1800}{5000} = 0,64$$

Isso indica que 64% da variação no tempo de tramitação pode ser explicada pelas variáveis explicativas incluídas no modelo linear.

4. Especificação das hipóteses nula e alternativa do teste F da ANOVA: hipótese nula (H_0) = os coeficientes de todas as variáveis independentes são iguais a zero, ou seja, nenhuma das variáveis explica significativamente o tempo de tramitação (equivalentemente, $H_0: \beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = \beta_4 = 0$). Hipótese alternativa (H_1) = pelo menos um dos coeficientes das variáveis independentes é diferente de zero, ou seja, pelo menos uma variável explica significativamente o tempo de tramitação (equivalentemente, $H_1: \beta_j \neq 0$ para pelo menos um $j=1,2,3,4$).

5. Conclusão do teste F da ANOVA, sabendo que o valor crítico da distribuição F associada é 2,63 ao nível de 5% de significância: o valor da estatística F é 16, e o valor crítico da distribuição F ao nível de 5% de significância é 2,63. Como $F = 16 > 2,63$, rejeita-se a hipótese nula. Isso significa que pelo menos uma variável explicativa é capaz de influenciar significativamente no tempo de tramitação, com 5% de significância.

Fontes:

- MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. Estatística básica. Saraiva Educação SA, 2017.
- Montgomery, D.C., Runger, G.C. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros (7ª edição em português). LTC, 2021.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MÉDICO CARDIOLOGISTA

A) A estenose aórtica (EA) é uma das valvopatias mais comuns na prática clínica, especialmente entre idosos, e caracteriza-se pelo estreitamento da valva aórtica, resultando em obstrução ao fluxo sanguíneo do ventrículo esquerdo para a aorta. Esse processo leva a um aumento da pós-carga ventricular, podendo evoluir para insuficiência cardíaca e desfechos adversos.

O diagnóstico da EA é primariamente baseado na ecocardiografia, que fornece parâmetros fundamentais para a avaliação da gravidade da estenose.

Os critérios diagnósticos ecocardiográficos para a estenose aórtica importante incluem: área valvar aórtica (AVA) $\leq 1,0 \text{ cm}^2$, AVA indexada $\leq 0,6 \text{ cm}^2/\text{m}^2$, gradiente ventrículo esquerdo/aorta $\geq 40 \text{ mmHg}$, velocidade máxima do jato aórtico $\geq 4,0 \text{ m/s}$ e razão das velocidades de fluxo entre a via de saída do ventrículo esquerdo e a valva aórtica $< 0,25$. Esses critérios permitem a estratificação da gravidade da doença e a indicação de intervenções apropriadas.

B) O manejo da EA grave depende da presença de sintomas e do risco cirúrgico do paciente.

Em indivíduos assintomáticos, o acompanhamento clínico é fundamental; mas, uma vez que os sintomas se manifestam, a substituição valvar torna-se imperativa.

Em pacientes com idade superior a 70 anos e risco cirúrgico moderado, a substituição da valva aórtica por via transcaterter (TAVI) representa a melhor alternativa terapêutica. Essa técnica minimamente invasiva reduz a morbimortalidade associada à cirurgia convencional, proporcionando recuperação mais rápida e melhores resultados funcionais.

Portanto, o diagnóstico preciso da EA por meio da ecocardiografia é essencial para a definição da conduta, sendo a TAVI uma abordagem consolidada para o tratamento de pacientes idosos e com risco cirúrgico aumentado.

Fontes:

- BRAUNWALD, Eugene; BONOW, Robert O.; ZILE, Michael R. Braunwald's Heart Disease: A Textbook of Cardiovascular Medicine. 12. ed. Philadelphia: Elsevier, 2022.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretrizes Brasileiras de Valvopatias. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 111, n. 3, p. 1-63, 2018.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MÉDICO CLÍNICO GERAL

A presença de fatores de risco para o tromboembolismo venoso é a condição inicial para o estabelecimento de elevada suspeita clínica e, também, para realização de adequada profilaxia. Os principais fatores de risco para o tromboembolismo venoso são: trauma não cirúrgico e cirúrgico; idade maior que 40 anos; tromboembolismo venoso prévio; imobilização; doença maligna; insuficiência cardíaca; infarto do miocárdio; paralisia de membros inferiores; obesidade; veias varicosas; estrogênio; parto; e, doença pulmonar obstrutiva crônica.

As alterações eletrocardiográficas mais específicas na EP são aquelas em que estão presentes sinais da sobrecarga aguda do ventrículo direito. O bloqueio do ramo direito, o desvio do eixo elétrico para a direita, o padrão S1Q3T3 (presença de onda S profunda em D1, onda Q e onda T invertida em DIII) e a inversão da onda “T” nas derivações precordiais de V1 a V4 são as principais anormalidades eletrocardiográficas relacionadas à embolia pulmonar, que foram identificadas em 50% dos pacientes avaliados por Ferrari e Cols.

As principais alterações relacionadas à embolia são: áreas de hipoperfusão pulmonar (sinal de Westmark); imagens cuneiformes (sinal de Hampton); dilatação da artéria pulmonar (sinal de Palla); atelectasia; derrame pleural; e, elevação da hemicúpula diafragmática.

O escore de Wells é amplamente utilizado para avaliar a probabilidade clínica de tromboembolismo pulmonar (TEP). Esse escore classifica os pacientes em categorias de baixa, moderada ou alta probabilidade clínica de tromboembolismo pulmonar, com base em critérios objetivos e subjetivos. Ele inclui sete componentes, cada um com uma pontuação específica: Sintomas de trombose venosa profunda (TVP), como dor ou edema assimétrico nos membros inferiores, recebem 3 pontos ; Diagnóstico alternativo menos provável que TEP, com base na avaliação clínica, recebe 3 pontos; Imobilização recente ou cirurgia maior nas últimas quatro semanas, que aumenta o risco de trombose, soma 1,5 ponto ; História prévia de TVP ou TEP, indicando um risco elevado de recorrência, soma 1,5 ponto; Frequência cardíaca acima de 100 bpm, um sinal de comprometimento cardiovascular, soma 1,5 ponto ; Hemoptise, um sintoma clássico, embora inespecífico, de TEP, recebe 1 ponto; e, Câncer ativo ou em tratamento nos últimos seis meses, que predispõe à hipercoagulabilidade, soma 1 ponto.

O tratamento inicial do tromboembolismo pulmonar (TEP) baseia-se na estratificação de risco. A paciente apresenta sinais de TEP de gravidade moderada, com comprometimento respiratório (hipoxemia) e estabilidade hemodinâmica. A anticoagulação plena com heparina de baixo peso molecular, na dose de 1 mg/kg de 12 em 12 horas, por via subcutânea é a principal conduta medicamentosa inicial para essa paciente.

Fonte:

- Albricker ACL, Freire CMV, Santos SN, Alcantara ML, Saleh MH, Cantisano AL, et al. Diretriz Conjunta sobre Tromboembolismo Venoso – 2022. Arq Bras Cardiol. 2022; 118(4):797-857

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MÉDICO DO TRABALHO

De acordo com a Resolução CFM nº 2.056/2013, ficam definidos como integrantes do roteiro básico do relatório pericial os seguintes itens:

- Preâmbulo: auto apresentação do perito, na qual informa sobre sua qualificação profissional na matéria em discussão;
- Individualização da perícia: detalhes objetivos sobre o processo e as partes envolvidas;
- Circunstâncias do exame pericial: descrição objetiva dos procedimentos realizados (entrevistados, número de entrevistas, tempo despendido, documentos examinados, exames complementares etc.);
- Identificação do examinando: nome e qualificação completa da pessoa que foi alvo dos procedimentos periciais;
- História da doença atual: relato do adoecimento, início, principais sinais e sintomas, tempo de duração, forma de evolução, consequências, tratamentos realizados, internações, outras informações relevantes;
- História pessoal: síntese da história de vida do examinando, com ênfase na sua relação com o objeto da perícia, se houver;
- História psiquiátrica prévia (em perícias psiquiátricas): relato dos contatos psiquiátricos prévios; em especial, tratamentos e hospitalizações;
- História médica: relato das doenças clínicas e cirúrgicas atuais e prévias, incluindo tratamentos e hospitalizações;
- História familiar: registro das doenças prevalentes nos familiares próximos;
- Exame físico: descrição da condição clínica geral do examinando;
- Exame do estado mental (em perícias psiquiátricas e neurológicas): descrição das funções psíquicas do examinando;
- Exames e avaliações complementares: descrição de achados laboratoriais e de resultados de exames e testes aplicados;
- Diagnóstico positivo: segundo a nosografia preconizada pela Organização Mundial da Saúde, oficialmente adotada pelo Brasil;
- Comentários médico-legais: esclarecimento sobre a relação entre a conclusão médica e as normas legais que disciplinam o assunto em debate;
- Conclusão: frase curta e direta que sintetiza todo o pensamento do perito;
- Resposta aos quesitos: respostas claras, concisas e objetivas.

Os cuidados éticos ao elaborar o laudo pericial:

- Manter imparcialidade, evitando conflitos de interesse.
- Garantir a confidencialidade das informações médicas.
- Basear-se em evidências científicas e dados objetivos.
- Evitar julgamentos ou opiniões pessoais que possam comprometer a clareza técnica do documento.

É vedado ao médico:

- Art. 92: Assinar laudos periciais, auditoriais ou de verificação médico-legal caso não tenha realizado pessoalmente o exame.
- Art. 93: Ser perito ou auditor do próprio paciente, de pessoa de sua família ou de qualquer outra com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho ou de empresa em que atue ou tenha atuado.
- Art. 95: Realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos no interior de prédios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.
- Art. 98: Deixar de atuar com absoluta isenção quando designado para servir como perito ou como auditor, bem como ultrapassar os limites de suas atribuições e de sua competência.

Fonte:

- Conselho Federal de Medicina. Código de ética médica: Resolução CFM nº 2.056/2013. Brasília: CFM; 2013.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MÉDICO PEDIATRA

- O linfoma de Hodgkin (LH) é uma neoplasia maligna que se origina no sistema linfático e se caracteriza, essencialmente, pela presença das células de Reed-Sternberg, cuja identificação histopatológica é indispensável para o diagnóstico definitivo.
- Embora represente apenas cerca de 10% de todos os linfomas, o LH apresenta um pico de incidência na infância e adolescência, particularmente entre os 15 e 19 anos de idade. A doença afeta ligeiramente mais os homens do que as mulheres e, quando diagnosticada precocemente, exibe uma elevada taxa de cura, o que a diferencia de outras neoplasias hematológicas de evolução mais agressiva.
- Os sintomas mais frequentemente observados incluem linfonodomegalia indolor, predominando nas cadeias linfonodais cervicais, supraclaviculares e mediastinais. Em muitos casos, a linfonodomegalia pode ser assintomática no início da doença, sendo detectada apenas em exames de rotina ou investigação de outras queixas.
- No entanto, alguns pacientes apresentam sintomas sistêmicos associados, como febre persistente, sudorese noturna intensa e perda de peso involuntária, os quais integram o conjunto denominado sintomas B. Estes sinais possuem grande importância na classificação clínica do linfoma, pois indicam uma forma mais agressiva da doença e, frequentemente, associam-se a pior prognóstico. A detecção dos sintomas B é fundamental para determinar a conduta terapêutica e avaliar a provável resposta ao tratamento.
- Diante do quadro clínico, dois diagnósticos diferenciais relevantes são o linfoma não Hodgkin (LNH) e a tuberculose ganglionar. O LNH compartilha algumas características clínicas com o LH, incluindo a presença de linfonodomegalia persistente. No entanto, distingue-se pelo curso clínico mais variável e pela ausência das células de Reed-Sternberg na análise histopatológica. Já a tuberculose ganglionar, uma infecção de evolução arrastada, pode simular o linfoma ao apresentar linfonodomegalia crônica, geralmente acompanhada de sintomas constitucionais. A diferenciação entre essas condições é essencial para evitar tratamentos inadequados, sendo a biópsia ganglionar e exames complementares ferramentas indispensáveis nesse processo.
- O estadiamento do linfoma de Hodgkin segue a classificação de Ann Arbor, posteriormente modificada por Cotswolds, que define a extensão da doença por meio de quatro estágios: I, II, III e IV. Os estágios I e II são considerados localizados, enquanto os estágios III e IV indicam doença avançada, com disseminação para múltiplas cadeias linfonodais e órgãos extralinfáticos. Além disso, são utilizadas letras adicionais para detalhar a apresentação clínica da doença: A (ausência de sintomas B), B (presença de sintomas B), E (extensão para tecidos extralinfonodais) e S (envolvimento esplênico). Essas informações complementares são cruciais para o planejamento terapêutico.
- O tratamento do LH é estratificado com base no risco, levando em consideração o estadiamento da doença, a presença ou ausência de massa volumosa e o impacto clínico dos sintomas. Dessa forma, os pacientes são classificados em três grupos distintos: baixo risco, risco intermediário e alto risco. Essa abordagem permite a individualização da terapia, otimizando a eficácia do tratamento e minimizando os efeitos adversos a longo prazo.

Fonte:

- Tratado de Pediatria / Organização Sociedade Brasileira de Pediatria. - 5. ed. Barueri [SP]: Manole, 2022.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – MÉDICO PSIQUIATRA

- Transtorno afetivo bipolar tipo II – episódio atual de depressão bipolar.
- O quadro atual necessita de pelo menos 5 critérios diagnósticos, sendo um deles, obrigatoriamente, anedonia (perda de interesse ou prazer) ou humor deprimido. Outros critérios do quadro podem ser: perda ou ganho de peso sem estar fazendo dieta ou diminuição/aumento do apetite, insônia ou hipersonia, agitação ou lentificação psicomotora, fadiga ou perda de energia, sentimento de inutilidade ou culpa excessiva, capacidade diminuída para pensar ou concentrar ou indecisão, pensamentos recorrentes de morte.
- Diante do quadro hipotético o paciente está em episódio de depressão bipolar, já tendo apresentado múltiplos episódios depressivos e episódios de hipomania com aumento na energia dirigida a atividades (trabalho), compulsões, pensamento acelerado, pouca necessidade de sono, atitudes impulsivas e humor elevado, fechando, assim, o diagnóstico de Transtorno afetivo bipolar tipo II, uma vez que é necessário pelo menos um episódio de hipomania e um episódio de depressão maior para fechar o diagnóstico de transtorno afetivo bipolar tipo II. O tempo de duração dos episódios também é necessário, pelo menos quatro dias para o episódio de hipomania e duas semanas para o episódio depressivo.
- Diante dos sintomas, o ideal é iniciar carbonato de lítio, medicação utilizada na fase depressiva, na fase de manutenção e na fase de hipomania, além do conhecido efeito antissuicida dessa medicação, sendo a mais indicada para a paciente. Apesar de a paciente apresentar hipotireoidismo, a medicação não é contraindicada nesses casos.
- No transtorno bipolar, adquirir rotina e bons hábitos é fundamental para melhora do quadro, como rotina de sono (dormir e acordar cedo), evitar uso de álcool, evitar uso de drogas, praticar atividade física regular, evitar consumo em excesso de estimulantes como cafeína e bebidas energéticas, manter relacionamentos saudáveis e psicoterapia visando a psicoeducação.
- O lítio tem como contraindicação absoluta, alergia a medicação, arritmias ventriculares graves, bradicardia sinusal, insuficiência cardíaca congestiva, insuficiência renal grave.

Fonte:

- Clínica Psiquiátrica – 3 volumes – Manole 2ª Edição.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – NUTRICIONISTA

- “Preço dos alimentos in natura ou minimamente processados”: o alto custo de frutas, verduras e proteínas dificulta o acesso de famílias de baixa renda a uma alimentação saudável, enquanto ultraprocessados são mais acessíveis. O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) destaca a necessidade de políticas que garantam alimentos in natura a preços acessíveis.
- “Ambiente alimentar”: o ambiente alimentar influencia diretamente os padrões alimentares. Regiões periféricas apresentam desertos alimentares, com pouca oferta de alimentos saudáveis, enquanto ultraprocessados são amplamente promovidos e distribuídos. Além disso, a falta de feiras e mercados de qualidade nesses locais dificulta ainda mais o acesso a uma alimentação adequada.
- “Sistemas alimentares atuais”: os sistemas alimentares atuais favorecem grandes redes de distribuição e monoculturas voltadas para ultraprocessados, enfraquecendo a agricultura familiar e reduzindo a oferta de alimentos minimamente processados. Esse modelo impacta negativamente a população de baixa renda, limitando suas escolhas alimentares.
- “Informações”: a desinformação compromete hábitos saudáveis. A mídia promove modismos e confunde alimentação saudável com dietas, desvalorizando práticas alimentares tradicionais. O acesso limitado a informações confiáveis é um dos principais desafios para a adoção de hábitos saudáveis.
- “Escolha alimentar”: a escolha alimentar não é apenas individual, sendo influenciada pela publicidade, que usa cores, embalagens e estratégias de *marketing* para estimular o consumo de ultraprocessados. Essas estratégias vinculam os alimentos a imagens de sucesso, felicidade e padrões estéticos irreais.
- “Efeitos da pandemia de COVID-19”: a pandemia agravou a fome global, dificultando o alcance da meta nº 2 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Estratégias como renda mínima, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e distribuição de cestas básicas foram insuficientes para garantir alimentação adequada a grupos vulneráveis. Além disso, os desmontes nas políticas de apoio à agricultura familiar e povos tradicionais intensificaram a insegurança alimentar.
- “Falta de ação/políticas para as populações que vivem em situação de rua, albergues, orfanatos e a população carcerária”: faltam políticas para populações em situação de rua, albergues, orfanatos e presídios, ignoradas nos documentos estratégicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Esses grupos enfrentam dificuldades permanentes no acesso à alimentação adequada, demonstrando a negligência do poder público.
- “Fragilidades na participação popular para a sua efetivação (participação e luta pelos seus direitos)”: A participação social na efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi enfraquecida com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019. Conselhos e conferências de Segurança Alimentar Nacional (SAN) eram espaços fundamentais para o diálogo entre sociedade civil e governo. A luta pela efetivação do DHAA exige a recriação de formas organizadas de participação social que questionem a lógica do mercado e pressionem por políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional.

Fontes:

- BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília (DF), 2014.
- GUERRA, L.D.S. ComiDHAA de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. Saúde Soc., São Paulo, v.31, n.2, p.1-13, 2022.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WfzwWL9NYHmYzMSMVCVXDHkf>. Acesso em: janeiro de 2025.

PADRÃO DE RESPOSTA – DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ODONTÓLOGO

A) Sífilis.

B) O tratamento da sífilis necessita de uma avaliação individual e de uma abordagem terapêutica individualizada. O tratamento de eleição é a penicilina. A dose e o esquema de administração variam de acordo com a fase da doença, envolvimento neurológico e estado imunológico do paciente. Para a sífilis primária, secundária ou latente recente, uma dose única de penicilina G benzatina parenteral de ação prolongada é realizada. Para a fase de sífilis latente tardia ou para a sífilis terciária, a penicilina intramuscular é administrada três vezes, com intervalo semanal. Para o paciente com alergia comprovada à penicilina, a doxiciclina é segunda linha de tratamento, embora tetraciclina, eritromicina e ceftriaxona também tenham demonstrado atividade antitreponêmica. Até nos pacientes que obtêm “cura” clínica e sorológica com penicilina, deve-se lembrar que *T. pallidum* pode escapar dos efeitos letais do antibiótico quando o micro-organismo está localizado nos linfonodos ou no sistema nervoso central. Portanto, a antibioticoterapia pode não resultar sempre na cura total dos pacientes com envolvimento neurológico, e sim apenas deter as manifestações clínicas da infecção. Os pacientes imunossuprimidos, como aqueles com AIDS, podem não responder bem ao regime antibiótico padrão, e vários relatos documentam a evolução para neurosífilis apesar do tratamento aparentemente apropriado de dose única.

C) VDRL (*Venereal Disease Research Laboratory*).

D) Se não for tratada adequadamente a paciente evoluirá para a fase terciária. Após a sífilis secundária, os pacientes entram em uma fase livre de lesões e sintomas, conhecida como sífilis latente. Este período de latência pode durar de um a trinta anos; então o estágio terciário, conhecida como sífilis terciária, se desenvolve em cerca de 30% dos pacientes. A fase terciária da sífilis inclui as complicações mais sérias da doença. O sistema vascular pode ser afetado significativamente pelos efeitos da arterite prévia. Pode ocorrer aneurisma da aorta ascendente, hipertrofia ventricular esquerda, regurgitação aórtica e insuficiência cardíaca congestiva. O envolvimento do sistema nervoso central (SNC) pode levar a tabes dorsalis, paralisia generalizada, psicose, demência, paresia e morte. Lesões oculares como irite, coroidorretinite e pupilas de Argyll Robertson podem ocorrer. As pupilas de Argyll Robertson se contraem durante o foco, mas não respondem à luz brilhante. Menos significativos, porém mais característicos, são os focos dispersos de inflamação granulomatosa, que podem afetar a pele, mucosa, tecidos moles, ossos e órgãos internos. Esse sítio ativo de inflamação granulomatosa, conhecido como goma, apresenta-se como uma lesão endurecida, nodular ou ulcerada, que pode causar extensa destruição tecidual. Lesões intraorais geralmente acometem o palato ou a língua. Quando o palato é envolvido, a ulceração com frequência o perfura em direção à cavidade nasal. A língua pode ser difusamente envolvida pelas gomas e apresenta-se aumentada, lobulada e com formato irregular. Esse padrão lobular é chamado de glossite intersticial e se acredita que seja resultado da contração da musculatura lingual após a cicatrização das gomas. A atrofia difusa e a perda das papilas do dorso lingual produzem uma condição chamada de glossite luética. No passado, essa forma de glossite atrófica foi considerada potencialmente maligna, porém vários estudos recentes questionam este conceito.

Fonte:

- Neville BW, Damm DD, Allen CM, AI E. Patologia Oral e Maxilofacial. (4th edição). Rio de Janeiro: Grupo GEN; 2016.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA

- A) As cartas estão contidas dentro do Título que trata da comunicação dos atos processuais no CPC. O Art. 236, §1º, informa que “Será expedida carta para a prática de atos fora dos limites territoriais do tribunal, da comarca, da seção ou da subseção judiciária, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.” O artigo 237 as especifica, informando que as cartas de ordem são expedidas pelo próprio tribunal “para juízo a ele vinculado, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.” (Art. 237, I C/C 236, §2º, do CPC). A rogatória tem lugar “para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro” (Art. 237, II CPC). A precatória, “para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa” (Art. 237, III CPC). Finalmente, a carta arbitral “para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.” (Art. 237, III CPC).
- B) A citação e a intimação são espécies de comunicação de atos processuais. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo (Art. 269, CPC), sendo a citação “ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual”. (Art. 238 do CPC).
- C) Nos termos do Art. 246 do CPC “A citação será feita preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da decisão que a determinar, por meio dos endereços eletrônicos indicados pelo citando no banco de dados do Poder Judiciário”. Não será feita por meio eletrônico, nos termos do Art. 247 do CPC: I – nas ações de estado, observado o disposto no Art. 695, § 3º ; II – quando o citando for incapaz; III – quando o citando for pessoa de direito público; IV – quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência; V – quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.
- D) Não sendo confirmada no modo eletrônico, a citação será realizada: I – pelo correio; II – por Oficial de Justiça; III – pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório; IV – por edital, nos termos dos incisos do Art. 246, §1º-A, do CPC.

Fonte:

- CPC, 13.105/15. Texto compilado no site do planalto.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: outubro de 2024.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – PEDAGOGO

O diagnóstico integrado, inferido a partir do texto motivador, apresenta os obstáculos estruturais, como a insuficiência dos sistemas de proteção e a fragilidade na articulação institucional, além de desafios culturais, incluindo o machismo estrutural e a normalização da submissão feminina (práticas de silenciamento). Essas barreiras dificultam a efetividade das políticas públicas e a sensibilização social sobre o problema. Excertos do texto motivador: “parcela considerável da sociedade rondoniense apresenta um perfil voltado à objetificação da mulher, com excessiva valorização de seu corpo e severas imposições culturais de submissão. O sentimento social de proteção à integridade física e psicológica, bem como à vida da mulher é pequeno. As famílias de vítimas em relacionamentos abusivos pouco ou nada interferem para retirá-las de relações violentas até que o pior acontece”; “somente uma reconstrução cultural e de valores”; “é preciso que se forme uma sociedade que reconheça, com igualdade, os direitos, o espaço, as escolhas e o pensamento de todas as mulheres”

O plano pedagógico voltado para a capacitação dos servidores apresenta-se em módulos temáticos que abordam práticas restaurativas, mediação de conflitos e enfrentamento à cultura machista. Métodos inovadores, como gamificação, dinâmicas de grupo e ferramentas digitais, podem potencializar o engajamento e a aprendizagem significativa. A avaliação inclui indicadores de participação dos servidores no programa e seu impacto, considerando a redução de reincidência nos casos de violência.

A colaboração com os direitos humanos é essencial para garantir que o plano contribua para a promoção da igualdade de gênero e da justiça social. A proposta alinha-se às diretrizes de direitos humanos, com ênfase ao respeito, à dignidade e à superação da violência sistêmica.

A sustentabilidade do projeto requer parcerias com ONGs, universidades e órgãos públicos. Observe que no texto motivador há exemplos destas parcerias: “além de grupos como a Associação Filhas do Boto, órgãos públicos unem forças para evitar violência contra a mulher e feminicídios ou puni-los quando for o caso”. Uma das principais áreas de atuação das ONGs no Brasil é a defesa dos direitos humanos e da justiça social. Essas organizações trabalham incansavelmente para proteger os direitos das minorias, combater a discriminação e promover a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos. Através de campanhas de conscientização, advocacia e programas de educação, as ONGs desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

Fontes:

- Rangel, Mary. Métodos de Ensino para a aprendizagem e dinamização das aulas. Papirus Editora. Campinas, 2005.
- Girafa, Lucia Maria Martins (Org). (Re)invenção pedagógica. Reflexões acerca do uso de tecnologias Digitais na Educação. EDIPRCRS. Porto Alegre, 2012.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – PSICÓLOGO

- A) Espera-se que seja evidenciado que a avaliação pelo prisma da psicopatologia forense pode ajudar a determinar se os episódios de violência de Carlos estão diretamente relacionados aos sintomas do transtorno bipolar, como irritabilidade, impulsividade e instabilidade emocional, já que durante os episódios maníacos, indivíduos com transtorno bipolar podem exibir comportamentos impulsivos e agressivos, enquanto nos episódios depressivos podem apresentar irritabilidade e desesperança. A avaliação deve considerar a frequência, intensidade e contexto dos episódios de violência; analisar o histórico médico e tratamentos recebidos por Carlos. Espera-se também que seja demonstrado que a referida avaliação pode fornecer laudos técnicos passíveis de serem utilizados em decisões judiciais, ajudando a averiguar a responsabilidade de Carlos por seus atos e a necessidade de medidas protetivas para Maria e seus filhos; considerar o impacto da violência no bem-estar emocional e psicológico de Maria e das crianças; influenciar decisões sobre a guarda das crianças, a necessidade de acompanhamento psicológico e a implementação de medidas de segurança para a família; além de prevenir novos episódios.
- B) Espera-se que seja apresentado um plano contendo ações imediatas envolvendo a proteção de Maria e seus filhos junto à delegacia da mulher, CRAS, CREAS, orientação jurídica, suporte financeiro e instrumentos para garantia de independência financeira, social e de moradia, acompanhamento psicossocial por meio de grupos de apoio e psicológico para identificação de possíveis efeitos de traumas pelo estresse da violência doméstica, reforço escolar para os filhos, bem como tratamento adequado para Carlos dado o seu diagnóstico.
- C) Espera-se que seja apontada a importância da confidencialidade, do consentimento informado, do respeito e sensibilidade face ao caso, da imparcialidade e da não maleficência. Também deve ser indicada a realização da escuta especializada e do depoimento especial, especialmente para os filhos de Maria e Carlos, como previsto pela Lei 13.431/2017, uma vez que são crianças e adolescentes possíveis vítimas e testemunhas de violência intrafamiliar. Além disso, que seja apontada a importância do planejamento estruturado para abordagem gradual e específica do caso, uso de técnicas adequadas para crianças e registro documental cuidadoso e em conformidade com as diretrizes, notas técnicas e resoluções éticas em vigor do CFP considerando casos de violência doméstica e intrafamiliar.
- D) Espera-se que seja demonstrado que os depoimentos podem ser utilizados para solicitação de medidas protetivas imediatas; nos processos de guarda e adoção; processos criminais; intervenção psicossocial; avaliação de risco; sensibilização e conscientização; apoio em separação judicial; e, garantia de direitos.

Fontes:

- Conselho Federal de Psicologia, C. (n.d.). *Notas técnicas*. CFP. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/legislacao/notas-tecnicas/>
- DALGALARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre-RS: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788582715062.
- OLIVEIRA, Sérgio E.; TRENTINI, Clarissa M. *Avanços em psicopatologia: avaliação e diagnóstico baseados na CID-11*. Porto Alegre-RS: Grupo A, 2023. *E-book*. ISBN 9786558821021.
- Whitbourne, Susan Krauss. *Psicopatologia: perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos [recurso eletrônico]* / Susan Krauss Whitbourne, Richard P. Halgin; tradução: Maria Cristina G. Monteiro; revisão técnica: Francisco B. Assumpção Jr., Evelyn Kuczynski. – 7. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2015.
- SILVA, Marjorie Cristina Rocha da; FONTANA, Elisandra. *Psicologia Jurídica: Caracterização da Prática e Instrumentos Utilizados*. Est. Inter. Psicol., Londrina, v. 2, n. 1, p. 56-71, jun. 2011.
- Guterres, K., & Rodrigues, T. A. (2023). *Psicopatologia Forense e a Inimputabilidade do Réu à Luz do Direito Penal*. *Revista FT*, 27(128), 07-11.
- Sá Araújo, T. (2023). *Psicopatologia Forense: Do Estudo dos Limites e Modificadores da Responsabilidade Penal*. *Conteúdo Jurídico*. MACHADO, Andrezza Souza Martinez; BHONA, Fernanda Monteiro de Castro; LOURENCO, Lélío Moura. *Intervenção com mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão bibliométrica*. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-12, mar. 2020.

PADRÃO DE RESPOSTA – PROVA DISCURSIVA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA – CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL

CARGO: ANALISTA – JUDICIÁRIO – PUBLICITÁRIO

1. O infográfico, extraído do “Atlas da Violência 2023”, aborda a violência contra mulheres no Brasil entre 2011 e 2021, trazendo dados detalhados que demonstram a gravidade e a desigualdade presentes nesse fenômeno. Utilizando a retórica aristotélica, composta por *logos*, *pathos* e *ethos*, é possível identificar que o *logos* é o pilar predominante. A lógica e a razão são evidenciadas pelo uso extensivo de números e estatísticas organizados de forma clara. Exemplos disso incluem os 49.005 homicídios femininos registrados no período, a projeção de 4.603 assassinatos em 2021 (19,3% superior às estatísticas oficiais) e as tendências contrastantes de violência no ambiente doméstico e fora dele, com um aumento de 4,72% na residência e uma redução de 31,1% fora da residência ao longo de dez anos. Esses dados fornecem uma base racional sólida para compreender o problema. O infográfico também traz comparações importantes que destacam desigualdades estruturais, como a diferença nas taxas de mortalidade de mulheres negras (4,3 por 100 mil) em relação às não negras (2,4 por 100 mil), evidenciando que mulheres negras têm 1,8 vezes mais chances de morrer.
2. Embora o *logos* seja predominante, o *pathos* aparece como um suporte relevante, buscando engajar emocionalmente o público. Expressões como “violência contra mulheres” e “a força do racismo” evocam indignação e compaixão, enquanto a ilustração de uma mulher com semblante triste humaniza os números e intensifica o impacto emocional. Esses elementos reforçam a gravidade da situação, conectando o público ao tema de maneira sensível. Por fim, o *ethos* é manifestado pela credibilidade das instituições que fornecem os dados, como o IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que conferem autoridade à mensagem apresentada. Este pilar permanece mais implícito, deixando o destaque principal para os dados e a lógica do *logos*. Assim, conclui-se que o *logos* é o pilar mais presente no infográfico, sendo o principal responsável por persuadir o público por meio de uma abordagem racional, complementada por apelos emocionais (*pathos*) e pela credibilidade (*ethos*). A combinação dos três pilares retóricos contribui para ampliar o alcance da mensagem junto a diferentes públicos. Enquanto o *logos* garante que a informação seja objetiva e acessível a quem busca compreender a dimensão racional do problema, o *pathos* age diretamente na sensibilização de pessoas que talvez não se engajassem apenas por dados estatísticos. Já o *ethos* assegura que a mensagem alcance uma posição de respeito e legitimidade, essencial para promover debates mais profundos e incentivar ações concretas. Essa sinergia retórica é particularmente eficaz em um contexto como o da violência contra mulheres, que exige não apenas conscientização pública, mas também mudanças sistêmicas amparadas por políticas públicas e movimentos sociais.

Fontes:

- GALHARDI, Luciana Pletsch; TREVISAN, Nanci Maziero. Redação publicitária. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
- ARISTÓTELES. Arte da Retórica. Tradução, introdução e notas de Rodrigo Bravo. 1. ed. São Paulo: Editora Madamu, 2020.